



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM GOVERNADOR VALADARES- DPF/GVS/MG

PORTARIA

PEDRO CARNEIRO MENDES, Delegado de Polícia Federal, lotado e em exercício na DPF/GVS/MG, em Governador Valadares/MG, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 13.445/2017, nos art. 50 e seguintes, art. 187 e seguintes do Decreto nº 9.199/17, que regulamentou a Lei de Migração, e nas disposições da Instrução Normativa DG/PF 226/2022, de 05 de maio de 2022,

RESOLVE:

INSTAURAR, com base dos art. 50 e seguintes da Lei 13.445/2017, art. 187 e seguintes do Decreto 9.199/2017 e nos termos da Portaria nº 770/19, procedimento administrativo para instruir a deportação de **PEDRO TRINDADE AVELINO**, portador(a) documento de identificação de estrangeiro nº **G394300-O**, natural de **ANGOLA**, nascido aos 03121982, filho(a) de JACINTO AVELINO e DOROTEIA PEDRO JOÃO, tendo em vista que no presente processo restou demonstrado que permanece no Brasil mesmo após decorrido o prazo estabelecido para regularização de sua situação no país.

DETERMINA:

1. Anexar a Informação Nº 76538263, adotando as seguintes providências:
2. Notificar, preferencialmente por meio eletrônico, o deportando e o defensor constituído, a apresentar, no prazo de dez dias defesa técnica escrita;
3. Notificar, preferencialmente por meio eletrônico, a repartição consular do país de origem do imigrante;
4. Notificar, preferencialmente por meio eletrônico, a Defensoria Pública da União, na ausência de defensor constituído, a apresentar, no prazo de vinte dias defesa técnica escrita;
5. Publicar a portaria no site eletrônico da Polícia Federal;
6. Ativar alerta no Sistema de Tráfego Internacional- Módulo de Alertas e Restrições: SONAR “Instaurado Procedimento de Deportação”;

CUMPRASE

PEDRO CARNEIRO MENDES
Delegado de Polícia Federal
Chefe da DPF/GVS/MG



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CARNEIRO MENDES, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 01/07/2025, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=76538421&crc=7ADFC8FE.
Código verificador: **76538421** e Código CRC: **7ADFC8FE**.

Referência: Processo nº 08351.001242/2025-17

SEI nº 76538421